

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

QUALITY OF LIFE IN THE MILITARY POLICE WORK

FERREIRA, Adiel Yhan da Silveira ¹
DA COSTA, André Luiz Diques ²

RESUMO

Ao se falar em qualidade de vida, remete-se a um conjunto de ações e fatores social, educacional, econômicos e até mesmo particulares às necessidades de cada indivíduo. O ambiente de trabalho é um importante fator de qualidade de vida, devendo ser levadas em consideração propostas para que seja desenvolvido um ambiente positivo tanto para as pessoas quanto para a instituição. Esse artigo objetivou abordar a qualidade de vida no trabalho e, em especial do policial militar, já que enquanto agente da segurança pública atua como uma chave essencial para o fornecimento da segurança para a população e, ao mesmo tempo, também necessita de condições determinantes de qualidade de vida no trabalho para si próprio, desde o apoio institucional, da população e do próprio Estado. Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, utilizando recursos diversos, tais como, livros, revistas especializadas, artigos científicos, sites oficiais do governo. Tendo em vista a desvalorização da segurança pública do país, dos profissionais que nele operam e, inclusive, o sofrimento psíquico que sofrem os policiais militares enquanto trabalhadores tornou-se primordial a necessidade de repensar o sistema como um todo, criando novas políticas e estratégias de segurança capazes de reconhecer a importância dos agentes de segurança pública e, principalmente, reverter a percepção negativa que a população possui da polícia militar, pois estes profissionais merecem ser valorizados e reconhecidos por seus méritos e não serem comparados socialmente aos marginais que trazem o medo e a insegurança no país.

Palavras-chave: Policial Militar. Qualidade de vida. Qualidade de vida no trabalho. Segurança Pública.

ABSTRACT

When talking about quality of life, refers to a set of actions and factors social, educational, economic and even particular to the needs of each individual. The working environment is an important quality of life factor and proposals should be taken to develop a positive environment for both individuals and the institution. This article aims to address the quality of life at work, and especially the military police, since as a public security agent acts as an essential key for providing security for the population and, at the same time, also requires quality of life at work for itself, from institutional support, to the population and to the State itself. For the

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM yhanferreira@hotmail.com; Alexânia-GO, Março de 2018.

² Professor Orientador: Especialista, Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, diguesbr1@hotmail.com, Goiânia – Go, Março de 2018.

development of this study the methodology of bibliographic review was used, using diverse resources, such as books, specialized magazines, scientific articles, official government websites. In view of the devaluation of the country's public safety, its professionals and even the psychic suffering of military police officers as workers, the need to rethink the system as a whole has become paramount, creating new policies and strategies for to recognize the importance of public security agents and, above all, to revert the negative perception that the population has of the military police, since these professionals deserve to be valued and recognized for their merits and not to be compared socially to the marginal ones that bring the fear and insecurity in the country.

Keywords: Military police. Quality of life. Quality of life at work. Public security.

1 INTRODUÇÃO

Considerando esses fatores determinantes, esse artigo Com o desenvolvimento da humanidade, um dos maiores desafios atualmente, está na obtenção de uma melhor qualidade de vida, no entanto, esse conceito se torna complexo ao se considerar as particularidades de cada indivíduo para se definir o que, para cada um, seria necessário para melhorar sua qualidade de vida. No entanto, ao se pensar na coletividade alguns aspectos sociais tornam-se comuns, tais como, acesso à moradia, ao emprego, ao lazer, à educação, o acesso aos bens de consumo, ao saneamento básico, à segurança e ao sistema de saúde, que oferecidos à população de forma eficaz, faz com que o nível de satisfação e qualidade de vida aumentem. objetivou abordar a qualidade de vida no trabalho, e em especial do policial militar, já que o mesmo enquanto agente de segurança pública atua como uma chave essencial para o fornecimento da segurança para a população e, ao mesmo tempo, também necessita de condições determinantes de qualidade de vida no trabalho para si próprio, desde o apoio institucional, da população e do próprio Estado.

Compreender a precária situação em que vive hoje a segurança pública brasileira, desde a falta de recursos, de infraestrutura, de mão de obra especializada, de tecnologias atualizadas e de políticas públicas eficazes, leva ao entendimento de todo o estresse e sobrecarga em que vivem os agentes públicos da segurança, que atuam na ponta do sistema, diretamente nas ruas e em contato permanente com a comunidade. Ter que desenvolver um trabalho eficiente sem os recursos e o apoio devidos, prejudica a qualidade do produto, ou seja, a atuação do policial militar para fornecer as condições de segurança necessárias para a população.

Tendo em vista a desvalorização da segurança pública do país, dos profissionais que nele operam e, inclusive, o sofrimento psíquico que sofrem os policiais militares enquanto

trabalhadores tornou-se primordial a necessidade de repensar o sistema como um todo, criando novas políticas e estratégias de segurança capazes de reconhecer a importância dos agentes de segurança pública e, principalmente, reverter a percepção negativa que a população possui da polícia militar, pois estes profissionais merecem ser valorizados e reconhecidos por seus méritos e não serem comparados socialmente aos marginais que trazem o medo e a insegurança no país.

Este artigo foi desenvolvido a partir da revisão de literatura, utilizando recursos diversos, tais como, livros, revistas especializadas, artigos científicos, sites oficiais do governo e opiniões de especialistas em segurança pública no país, através de entrevistas em publicações em meios de divulgação como jornais e revistas.

O estudo foi organizado em sequência, a partir da conceituação básica do que é qualidade de vida; como se desenvolveu historicamente o entendimento de qualidade de vida no trabalho; as dificuldades atuais da segurança pública no país, perpassando pela visão negativa que a população possui da segurança pública, em especial dos policiais; o sofrimento psíquico e a falta de recursos vivenciados por estes profissionais; o surgimento de novas políticas voltadas para o agente da segurança pública numa tentativa de reversão do quadro de desvalorização e, por fim, as discussões e conclusão necessárias ao fechamento deste trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRIA

O termo de Qualidade de Vida é recente na literatura e possui diversas conceituações, não sendo passível de ser único ou conclusivo. Para Albuquerque (1998), a dificuldade para a definição advém de uma série de características inerentes ao próprio conceito por ser este abstrato, complexo, indiretamente mensurável, por admitir múltiplas orientações e poder adquirir, portanto, distintas definições.

De acordo com Neto (1999), a discussão surgiu nos últimos 30 anos, oriundo de problemas ambientais decorrentes da industrialização descontrolada. Segundo Ferraz (1998), o termo e o conceito de qualidade de vida começaram a ser utilizados nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de descrever o efeito gerado pela aquisição de bens materiais na vida das pessoas.

Souza (2001), afirmou que é um conceito subjetivo, baseado na perspectiva do sujeito. O indivíduo é a pessoa que melhor pode definir sua própria qualidade de vida e relatar sobre suas expectativas, satisfação e bem-estar.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida pode ser definida como o entendimento que o próprio indivíduo possui de seu posicionamento na vida, que perpassam valores culturais, princípios particulares, propósitos de vida, sonhos e expectativas.

Chiavenato (2004) traz que o conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT) foi utilizado por Louis Davis na década de 1970, ao desenvolver um planejamento acerca de cargos na organização administrativa, trazendo uma versão inovadora e até hoje atual, em que a empresa teria responsabilidade sobre o bem-estar e a saúde do trabalhador para o desenvolvimento das suas atividades.

Para Fernandes (1996), a origem do movimento de qualidade de vida no trabalho remonta a 1950, com o surgimento da abordagem sociotécnica; porém, somente na década de 1960, tomaram impulso as iniciativas de cientistas sociais, líderes sindicais, empresários e governantes, na busca de melhores formas de organizar o trabalho a fim de minimizar os efeitos negativos do emprego na saúde e no bem-estar geral dos trabalhadores.

Nadler e Lawler (1983), analisaram a evolução da qualidade de vida no trabalho e constataram que entre 1959 a 1982 sua inserção aconteceu em seis contextos diferenciados, conforme a tabela abaixo:

Tabela - Evolução histórica do conceito de qualidade de vida no trabalho

Concepções Evolutivas da QVT	Características ou visão
1. QVT como uma variável (1959-1972)	Reação do indivíduo ao trabalho. Era investigado como melhorar a qualidade de vida no trabalho para o indivíduo.
2. QVT como uma abordagem (1969-1974)	O foco era o indivíduo antes do resultado organizacional; mas, ao mesmo tempo tendia a trazer melhorias tanto ao empregado como à direção.
3. QVT como um método (1972-1975)	Um conjunto de abordagens, métodos ou técnicas para melhorar o ambiente de trabalho e tornar o trabalho mais produtivo e mais satisfatório. QVT era vista como sinônimo de grupos autônomos de trabalho, enriquecimento de cargo ou desenho de novas plantas com integração social e técnica.

4. QVT como um movimento (1975-1980)	Declaração ideológica sobre a natureza do trabalho e as relações dos trabalhadores com a organização. Os termos “administração participativa” e “democracia industrial” eram frequentemente ditos como ideais do movimento de QVT.
5. QVT como tudo (1979-1982)	Como panacéia contra a competição estrangeira, problemas de qualidade, baixas taxas de produtividade, problemas de queixas e outros problemas organizacionais.

Fonte: Nadler e Lawler (1983, *apud* FERNANDES, 1996)

<http://www.efdeportes.com/efd93/trabalho.htm>. Acesso em 24/02/2018

Observa-se na tabela de Nadler e Lawer, um enfoque no trabalhador enquanto indivíduo, e apesar de estar focado na instituição e no ambiente de trabalho, trouxe o fator humano como um colaborador importante para o desenvolvimento da empresa, capaz de fazer com que esta progrida em suas metas ou fracasse dentro dos seus problemas organizacionais.

A QVT pode ser conceituada como um conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais, dentro e fora do ambiente de trabalho, visando propiciar condições plenas de desenvolvimento humano na realização do seu ofício. (ALBUQUERQUE; FRANÇA, 1998). Nesse contexto, ao se considerar o ambiente de trabalho como um fator de qualidade de vida, devem ser levadas em consideração as propostas para o desenvolvimento de um ambiente positivo tanto para as pessoas quanto para a economia da própria empresa.

3 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA OS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é responsável pela proteção dos cidadãos, sendo os governantes os responsáveis pela garantia da segurança de todos. No entanto, na situação em que é o próprio agente de segurança pública que precisa de proteção, a quem cabe ônus? Segundo a Constituição Federal, a segurança de todos é de responsabilidade do Governo.

O Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/ENSP/Fiocruz), estuda os impactos das condições de vida e do trabalho no processo de adoecimento e morte dos policiais, com ênfase na atuação dos servidores que combatem o crime. Há tempos que a imagem e a credibilidade da Polícia Militar vêm sendo desgastadas, e a maioria dos profissionais vem sofrendo as consequências do enfraquecimento do crédito por

parte da população e, principalmente, a falta de valorização do trabalho da polícia pelo próprio Estado.

Segundo Oliveira (2001), a população brasileira encara com desconfiança a profissão do policial militar, e que essa rejeição social se estende, inclusive, às corporações. O sofrimento psíquico ao qual são levados esses profissionais tem como consequência um desequilíbrio entre a demanda de trabalho e a capacidade de resposta dos servidores.

Afinal, como explicar essa rejeição por parte da população à uma classe que deveria ser a defensora do cidadão? A resposta não se mostra tão simples, já que atinge questões complexas socioculturais e de épocas diferentes da história, no entanto, pesquisas como realizadas por Assis (1999), mostram que o histórico de agressividade por parte da polícia, abuso de autoridade, corrupção interna, abordagens violentas e despreparo para atuar diante da comunidade, em especial nas comunidade pobres e de favelas, foram causas determinantes para o quadro atual de desaprovação social em que vive hoje a polícia militar.

A inversão de valores cultural e educacionais pelos quais passam hoje o Brasil, também são fatores que influenciam essa visão deturpada, em que a intolerância e a depreciação dos bons costumes e da moral se generalizaram, levando à questionamentos éticos básicos e, também, à necessidade de se ponderar numa redefinição dos limites e dos valores enfrentados pela humanidade. A desvalorização da vida, leva à despersonalização do reconhecimento do próprio ser humano e, conseqüentemente, ao aumento da violência e banalização entre os indivíduos.

4 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Tendo em vista a desvalorização da segurança pública do país, dos profissionais que nele operam e, inclusive, o sofrimento psíquico que sofrem os mesmos enquanto trabalhadores, iniciou-se um forte movimento nacional de combate à criminalidade, através da implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que trouxe como metas principais a valorização dos profissionais da segurança pública, a extinção da corrupção policial, a reestruturação do sistema penitenciário e, inclusive, o envolvimento da própria comunidade na prevenção da violência.

Contrastar a repressão por meio da precaução trouxe uma inovação na forma de se compreender o enfrentamento à violência, tornando essencial a busca por uma melhor qualidade de vida no trabalho para os agentes da Segurança Pública. Para que essa ideologia tomasse

forma e viesse a se tornar uma realidade, o Ministério da Justiça publicou a Instrução Normativa Nº 01 de 26 de fevereiro de 2010, estabelecendo o Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários, focando principalmente na implementação de “políticas de qualidade de vida, bem-estar, saúde, desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e valorização dos profissionais”. (PRONASCI, art. 1º, 2010)

Essa normativa trouxe a implementação de ações socioprofissionais, de saúde, risco laboral, incidentes críticos, criação de centro de reabilitação e readaptação, capacitação e treinamento profissional, adoção de parâmetros como o clima organizacional e a modificação e organização nos métodos de trabalho. Esta é uma iniciativa válida, afinal voltar o olhar para o agente de segurança pública é olhar para a própria segurança pública de forma ampla e valorizar quem de fato está na ponta do sistema. No entanto, a implementação e a viabilização dessa normativa ainda não se desenvolveu plenamente em todo país, e dessa forma, nada adianta uma lei positivada e por si só ineficaz.

Rever as políticas de segurança são essenciais para a modificação da realidade vivenciada pelo Brasil, em que os valores invertidos dominam a sociedade, em que o infrator tem seus direitos garantidos, enquanto que o cidadão fica refém de uma gestão que não funciona e a polícia é vista como a vilã do sistema. Repensar essas políticas é expandir sua conceituação, pois falar em segurança pública não é apenas falar da responsabilidade da polícia e, sim, todo um arcabouço social, jurídico, econômico e educacional, em que cada indivíduo deve ter direito ao estudo, emprego, moradia e condições dignas de vida para que não encontre na marginalização a solução para seus problemas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se pensar em qualidade de vida, um dos maiores desafios, está em como obter essa condição, no entanto, o próprio conceito se torna complexo ao se considerar as particularidades de cada indivíduo para se definir o que, para cada um, seria necessário para melhorar sua qualidade de vida.

Chiavenato (2004), traz que o conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT), trouxe uma versão inovadora e até hoje atual, em que a empresa possui responsabilidade sobre o bem-estar e a saúde do trabalhador para o desenvolvimento das suas atividades.

Essa nova forma de compreender a responsabilidade do empregador frente à qualidade do trabalho para seus empregados, modificou a maneira pela qual a atividade laboral

é percebida, capaz de influenciar diretamente a qualidade de vida do trabalhador e a produtividade das atividades desenvolvidas, conseqüentemente, a lucratividade da empresa.

Lipp e Tangarelli (2002), defendem a nomenclatura qualidade de vida do trabalhador e não do trabalho, deixando claro que a qualidade de vida não está limitada ao local de trabalho, e sim, interligada com os diversos aspectos da vida do trabalhador como a satisfação pessoal, relacionamento interpessoal e as oportunidades apresentadas, ou seja, fatores que permeiam a sensação de bem-estar da vida de uma pessoa.

Como desenvolvedor das atribuições laborais, o nível de satisfação, experiência, conhecimento e motivação do trabalhador influencia diretamente o resultado e a qualidade do serviço fornecido. Se for considerado o tempo em que um profissional se dedica ao ambiente de trabalho, muitas vezes mais tempo do que nos próprios relacionamentos pessoais, a qualidade de vida no trabalho é assunto fundamental para a manutenção da saúde e bem-estar do mesmo.

A partir desse contexto, Freitas (2004), traz que a capacidade de trabalho do policial militar está diretamente influenciada pelas variáveis que sua ambiência de trabalho apresenta, exigindo deste trabalhador um bom desempenho físico e psicológico. A pressão por resultados e a complexidade que as funções demandam, acabam por afastar o policial militar de sua vida social e familiar.

A categoria policial tem por missão, constitucionalmente atribuída, o zelo e a promoção da cidadania, assegurando à população o respeito aos seus direitos e garantias fundamentais. O poder de polícia respalda o uso da força de forma ostensiva, legalmente garantido, fazendo da função do policial prioritária para a sociedade.

No entanto, o peso da dimensão em se ver responsável pela segurança de tantas pessoas, sem obter nenhum controle pelas causas da violência, acaba por se tornar um fator estressante para a categoria policial, influenciando diretamente o binômio bem-estar e desempenho profissional, já que o trabalho tem um peso considerável para a construção da identidade do indivíduo, pois é através do trabalho que há a auto compreensão de valor, poder, utilidade e engajamento social.

Mayer (2006), traz que a percepção que o policial militar possui em relação à sua atividade profissional pode ser ambígua, ao mesmo tempo em que se sente motivado por fazer parte da corporação e realizar o seu trabalho, também sofre o estresse pela carga de responsabilidade imputada para que a preservação da segurança pública e melhoria dos serviços esteja ao alcance das expectativas da sociedade.

A valorização do papel profissional exercido pela Polícia Militar, muitas vezes deixa ser reconhecida, seja pela comunidade ou pela própria instituição, provocando muitas vezes fatores estressores como fadiga e alienação social, levando o profissional à provação entre o confronto do trabalho frente sua singularidade pessoal.

O profissional policial militar acaba por sofrer as consequências de uma política de segurança que se mostra ineficaz frente à violência vivenciada na atualidade, em que as diversas causas como a econômica, social, cultural e trabalhista não estão passíveis de serem solucionadas pela corporação, mas que a esta é cobrada e condenada por sua falha pela sociedade, e ainda, desvalorizada pelo próprio Estado.

Para Ferreira e Mendes (2001), o sofrimento relacionado ao ambiente laboral vivenciado pelo policial militar decorre da insegurança física, a partir da necessidade de exposição às situações de risco e perigo exigidos no combate ao crime; da insegurança moral, pois como agente de segurança pública, o policial submete-se às restrições legais e da opinião social distorcida; e ainda, da insegurança por sobrecarga de trabalho, levando ao sofrimento psíquico em que seu corpo e mente ficam sujeitados às condições insalubres e à possibilidade de não conseguir cumprir com toda a carga de responsabilidades impostas.

O policial militar é exposto constantemente ao risco de morte, lesão corporal grave, sofrimento psicológico significativo e, muitas vezes, dependendo apenas de sua própria coragem e a do seu parceiro de trabalho para conseguir um discernimento ideal para manter sua integridade.

Em razão de seu trabalho, ainda deve temer por si e por seus familiares ao ser reconhecido como agente da segurança pública em seus momentos de folga, além do risco de vitimização no desempenho de sua função, sendo essas reações sensoriais despertadas por seu treinamento rigoroso e exposição contínua ao perigo, tornando-o alerta aos possíveis perigos.

O permanente estado de alerta pode levar a um estado de tensão e desgaste físico e emocional, gerando diversos prejuízos à saúde e comprometendo a qualidade de vida do policial enquanto trabalhador e indivíduo. A jornada de trabalho de um policial é exaustiva, fisicamente penosa demandando muitas horas de pé, correndo, caminhando e carregando os instrumentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades, tais como cassetete, arma, algema, colete e outros.

Somado à todas essas condições, a precarização do trabalho, com equipamentos e instrumentos inadequados, restrição de recursos orçamentários, falta de investimento em capacitação e a pressão da organização do trabalho e da demanda social, configuram um quadro desfavorável para a saúde e para a eficiência do trabalho policial.

Diante dessa realidade, é premente a necessidade de desenvolvimento de programas para os profissionais policiais, que permitam a implementação de melhorias seja na gestão, investimento em tecnologias e equipamentos de trabalho, acesso à assistência de saúde, fornecimento de cursos de capacitação profissional e, inclusive, de campanhas sociais de valorização do profissional, buscando resgatar a imagem positiva que a Polícia Militar merece diante da opinião popular.

Avaliar a insegurança em que vive o país como incumbência exclusiva do poder de polícia, é admitir que a violência deve ser tratada unicamente em seus sintomas, efeitos e consequências. Essa forma de avaliar a violência a partir do seu produto final, é desconsiderar suas causas, os motivos pelas quais essa violência existe, e condenar à falência todo o sistema de segurança pública existente.

Reavaliar a política de segurança pública é essencial para que a polícia deixe de ser a principal e única responsável pela segurança, e comece a ser uma temática compreendida como multidisciplinar: concernente à justiça, à administração pública, à gestão em segurança, à educação, à saúde, à cultura, ao trabalho, à sociedade e à cada cidadão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou uma avaliação acerca da qualidade de vida no trabalho do policial militar, considerando os aspectos peculiares da profissão bem como os valores estressores e de risco pertinentes à categoria. A profissão do policial militar é essencial para a manutenção da segurança pública e garantir condições dignas de trabalho a estes trabalhadores é, também, permitir que a qualidade de vida seja respeitada.

Cumprir a profissão de policial militar exige o exercício da atividade nas mais variadas situações, horários, condições adversas e ambientes, na maioria das vezes insalubres. Além disso, o policial deve estar apto para desenvolver um relacionamento educado com o cidadão comum, muitas vezes sendo necessário o uso da força para coibir as infrações legais e, ainda, utilizar de força letal se a situação assim o exigir, tanto para defender terceiros quanto a si próprio nas situações perigosas.

Esse trabalho mostrou que a profissão do policial militar é cheia de riscos, estando o mesmo sujeito a lesões corporais, estresse intenso, invalidez permanente e até mesmo à morte durante o exercício da sua profissão. Desenvolver essa atribuição é, acima de tudo, possuir

espírito público, ou seja, pensar no bem-estar da coletividade e colocar a vida das outras pessoas em primeiro plano, muitas vezes de forma abnegada.

No entanto, no decorrer da pesquisa de revisão bibliográfica foi averiguada que as questões relacionadas à satisfação com o trabalho, à motivação e o estresse que são submetidos os agentes da segurança pública, apontam para o fato dos policiais serem um grupo diretamente afetado pelo estresse ocupacional.

Isso faz com que o nível de satisfação profissional decaia, no que se refere aos fatores trabalho em si, harmonia, relacionamento interpessoal, relacionamento com os superiores, pagamento, promoção, reconhecimento e condições de trabalho, levando ao sofrimento e dificuldade no desenvolvimento das suas funções.

A partir desse estudo foi possível depreender que o mundo social profissional da polícia inclui, além de uma cultura própria, atributos, competências, comportamentos, valores e práticas que fazem do trabalho policial uma atividade complexa, caracterizada pela dificuldade de propor estratégias flexíveis, tendo em vista a rigidez e engessamento de suas práticas com base nas relações pautadas na hierarquia e corporativismo.

A questão do sofrimento mental em sua maior parte desconsiderada pela corporação, pelo Estado, pela população e até pela mídia é um grande agravante das condições de saúde dos policiais, em que a falta de reconhecimento social e profissional, leva o policial a adquirir uma nova conotação acerca de seu ofício, alterando suas expectativas iniciais e a forma como se vê perante a sociedade.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a pesquisa de campo nas corporações e batalhões da polícia militar para que através de um questionário do tipo quantitativo e qualitativo seja possível avaliar a percepção dos profissionais acerca de suas limitações e dificuldades cotidianas, bem como sugestões para melhoria das políticas e regulamentos internos em prol da categoria.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.C.D. **Qualidade de vida no trabalho: dilemas e perspectivas.** Florianópolis: Insular, 1998.

ALBUQUERQUE, L.G.; FRANÇA, A.C.L. **Estratégias de recursos humanos e gestão da qualidade de vida no trabalho: o stress e a expansão do conceito de qualidade total.** Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 2, p. 40-51, abr./ jun. 1998.

ASFORA, S.C.; DIAS, S.M.R.C. **Modelo de Qualidade de vida no trabalho da polícia militar de Pernambuco**. Recife, ed. 49, v. 12, n. 1, jan. / fev. 2006.

ASSIS, S.G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida dos jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

AZEVEDO, V.A.Z.; KITAMURA, S. **Novas tecnologias, ergonomia e qualidade de vida no trabalho**. Campinas: Ipes editorial, 2007.

BARBOSA, J.M.M. **Qualidade de vida dos policiais militares: revisão integrativa**. 2016. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/qualidade-de-vida-dos-policiais-militares-revisao-integrativa/139443#ixzz5ChUGvtcF>>. Acesso 14/04/18.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Instrução Normativa Nº 01 de 26 de fevereiro de 2010**. Estabelece o Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários. Brasília: 2010.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FERNANDES, E. **Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar**. 2. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERRAZ, E.C. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras**. vol. 1. Rio de Janeiro: Rideer, 1998.

FERREIRA, M.C.; MENDES, A.M. **Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 6, n. 1, p. 93-104, 2001.

FREITAS, A.V. **Qualidade de vida e nível de Atividade física relacionados à saúde de policiais militares do município de Aracaju/SE**. Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso, Graduação em Educação Física Licenciatura. São Cristóvão: UFS, 2004.

LIPP, M.E.; TANGARELLI, M.S. **Stress e Qualidade de Vida**. Psicol. Reflex. Crit. V.15, n.3. Porto Alegre, 2002.

MAYER, V.M. **Síndrome de Burnout e qualidade de vida profissional em policiais militares de Campo Grande-MS**. Dissertação Mestrado em Psicologia da saúde, Campo Grande: UCDB, 2006.

MOREIRA, W.W. **Qualidade de Vida**: complexidade e educação. 1.ed. Campinas: Papirus, 2001.

NETO, M.A. **Modernização industrial no Brasil**: o surgimento de novos paradigmas na organização do trabalho. Educação & Sociedade, n. 45, ago. 1999.

OLIVEIRA, R.C.M. **A Configuração da QVT no contexto de trabalho dos detetives da polícia civil metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação Mestrado em Administração, Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PEREIRA, A.M.T.B. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do trabalhador, 2002.

SOUZA, J.W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira, 2001.